

## **Quadros do Censo Agropecuário (2017): coleta, processamento de alimentos e cultivo de flores no Brasil e em Goiás**

**Edson Batista Silva**  

Universidade Estadual de Goiás (UEG) – Formosa, Goiás, Brasil.  
e-mail: [edson\\_bat\\_silva@hotmail.com](mailto:edson_bat_silva@hotmail.com)

### **Resumo**

O extrativismo é atividade praticada por povos originários, quilombolas camponeses(as), com obtenção de produtos da natureza e compartilhamento de bens de uso comum para reprodução da vida. O processamento de alimentos reintegrado à propriedade é uma necessidade imperativa frente aos impérios agroalimentares. A floricultura, realizada principalmente nos pequenos estabelecimentos, promove alta empregabilidade e rentabilidade por área. Ciente da relevância dessas três atividades para o campo brasileiro, este texto tem por objetivo compreender os dados da produção extrativista, da floricultura, da agroindústria rural, no Brasil e em Goiás, segundo os diferentes estabelecimentos agropecuários. Para tanto, fez-se uso da pesquisa bibliográfica, documental e da internet. Os resultados indicam primazia dos pequenos estabelecimentos, contribuição reduzida dos médios, irrisória dos grandes e participação de alguma monta dos grupos sem área na quantidade produzida, nos valores de produção do extrativismo vegetal e da agroindústria rural. Na floricultura, nos diversos ramos, os pequenos estratos são majoritários, os quais, junto com os médios, controlam o valor de venda de produtos do setor. De modo geral, reafirma-se a eficiência e a eficácia dos pequenos estratos de área na agropecuária brasileira.

**Palavras-chave:** Extrativismo; agricultura familiar; agronegócio; impérios alimentares.

### **Tables of the Agricultural Census (2017): Collection, food processing and flower cultivation in Brazil and Goiás State**

### **Abstract**

Extractivism is an activity practiced by native peoples, Quilombolas, peasants to obtain products from nature, sharing goods of common use, for the reproduction of life. The reintegration of food processing into the farm is an imperative in the face of agri-food empires. Floriculture, which takes place mainly in small establishments, is highly employable and profitable per area. Aware of the importance of these three activities for the Brazilian countryside, this text aims to understand the data on extractive production, floriculture and rural agro-industry, in Brazil and in Goiás, according to the different agricultural establishments. To this end, bibliographical, documentary and internet research was used. The results indicate the primacy of small establishments, the reduced contribution of the medium-sized ones, the derisory contribution of the large ones, and a participation of a certain amount of groups without an area in the quantity produced and in the production values of plant extraction and rural agro-industry. In floriculture, in the various branches, the small strata are the majority, which, together with the medium ones, control the sales value of products of the sector. In general, this reaffirms the efficiency and effectiveness of the small area strata in Brazilian agriculture.

**Keywords:** Extractivism; family farming; agribusiness; food empires.



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional.

## **Cuadros del Censo Agropecuario-2017: Colecta, procesamiento de alimentos y cultivo de flores en Brasil y en Goiás**

### **Resumen**

El extractivismo es una actividad practicada por pueblos originarios, cimarrones, campesinos y campesinas con obtención de productos de la naturaleza, el intercambio de bienes de uso común, para la reproducción de la vida. El procesamiento de alimentos reintegrado a la propiedad es una necesidad imperativa frente a los imperios agroalimentarios. La floricultura, desarrollada principalmente en los pequeños establecimientos, promueve una alta empleabilidad y rentabilidad por área. Consciente de la relevancia de esas tres actividades para el campo brasileño, este texto tiene como objetivo comprender los datos de la producción extractivista, de la floricultura, de la agroindustria rural, en Brasil y Goiás, según los diferentes establecimientos agropecuarios. Para ello, se hizo uso de investigación bibliográfica, documental y de la internet. Los resultados indican la primacía de los pequeños establecimientos, contribución reducida de los medianos, mínima de los grandes, y participación limitada de los grupos sin tierras en la cantidad producida y en los valores de producción del extractivismo vegetal y la agroindustria rural. En la floricultura, en los diversos sectores, los pequeños estratos son mayoritarios, los cuales, junto con los medianos, controlan el valor de venta de productos del sector. De manera general, se reafirma la eficiencia y eficacia de los pequeños estratos de área en la agropecuaria brasileña.

**Palabras clave:** Extractivismo; agricultura familiar; agronegocio; imperios alimentarios.

### **Introdução**

Segundo o IBGE (2020), a agricultura familiar teve primazia no número de estabelecimentos com agroindústria rural, mas não liderou a quantidade produzida, a quantidade vendida e o valor da venda. O extrativismo artesanal realizado por povos indígenas, comunidades quilombolas e campesinatos no Brasil enfrenta a economia do agronegócio, que atinge, por exemplo, as reservas extrativistas (Resex), construídas pelos povos extrativistas, em suas ações de luta pela proteção de seus territórios de vida (Silva, 2016). Diante disso, questiona-se: O que os dados do censo agropecuário 2017 sinalizam quando se analisa, no Brasil e em Goiás, a produção extrativista, da floricultura, da agroindústria rural, segundo distintos grupos de área? Quais estabelecimentos são mais eficientes e eficazes nessas atividades? Qual a relevância e os desafios dessas atividades para aqueles(as) que as desenvolvem?

O objetivo do texto foi compreender os dados da produção extrativista, da floricultura e da agroindústria rural, no Brasil e em Goiás, segundo diferentes estabelecimentos agropecuários. Para isso, fez-se uso de pesquisa bibliográfica, documental e da internet. Realizaram-se, também, o levantamento, a localização, a leitura e o fichamento de referências vinculadas ao extrativismo, à agroindústria rural e à floricultura. Procedeu-se à consulta em sites confiáveis, como o IBGE, especialmente ao Sistema IBGE de Recuperação Automática

(SIDRA), com *downloads* das tabelas 6.961, 6.950, 6.952, 6.778 referentes aos dados da agroindústria rural, da extração vegetal, da floricultura e da existência de energia elétrica nos estabelecimentos. De posse desses dados, procedeu-se à tabulação, com base na metodologia proposta por Mitidiero Junior (2022). Os números foram agrupados nos estabelecimentos de menos de 200 hectares , considerados pequenos; de 200 a menos de 1.000 hectares, definidos como médios; de 1.000 a mais designados como grandes.

É bom esclarecer que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), ao contrário do IBGE, faz uso do módulo fiscal. No Brasil o módulo fiscal é de 5 a 110 hectares. O pequeno imóvel pode ter de 20 hectares a 440 hectares, o médio de 21 hectares a 1.650 hectares, os grandes, imóveis que extrapolam 75 hectares. Por isso não há superestimação dos pequenos e médios estabelecimentos. Evidente que o IBGE não utiliza dados correspondentes dos pequenos, médios e grandes imóveis rurais. O instituto trabalha com a produção, o INCRA, por sua vez, com o número de matrículas de terras em nome de certo titular. A supervalorização dos pequenos estratos ocorreria se, por exemplo, sua organização ocorresse pelos grupos de área de até 500 hectares. Também foram tabulados dados da categoria produtor sem área. Trata-se de empregados de estabelecimentos com produção, mas sem parceria, arrendamento com a empregador, apenas em situações raras ocorrem tais relações, anterior à data de referência (Mitidiero Junior, 2022). Também trata-se daqueles que ocupam áreas públicas, sem dono.

Os dados de produtor sem área foram corrompidos no último censo. Os recenseadores aboliram o questionário específico com o empregado/morador. Produções e criações do produtor sem área foram incorporadas às do proprietário (Mitidiero Junior, 2022). O que superestimou percentuais de produção de estabelecimentos que o produtor sem área trabalhava e mascarou dados de trabalhadores rurais sem-terra. Também informa-se que os dados da agroindústria rural são subestimados, em razão de o censo não quantificar empreendimentos agroindustriais licenciados, situados nos estabelecimentos (Campos; Fernandes Filho, 2003). As variáveis tabuladas foram a quantidade produzida e o valor de produção. Na floricultura, pela ausência dessas variáveis, tabulou-se o número de estratos, o valor da venda. Para à energia elétrica, verificou-se seu acesso segundo diferentes estratos.

A escolha das atividades supracitadas relaciona-se à demonstração da relevância delas para reprodução social de extrativistas, quilombolas e campesinatos. Acrescenta-se que os dados também compõem os resultados de projeto de pesquisa financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que visa analisar dados da produção da agricultura familiar no Brasil e em Goiás. Já o recorte espacial no território goiano vincula-se à opção pela análise comparativa dos dados dessas atividades entre Goiás e o Brasil. Os dados foram dispostos em gráficos e tabelas. Este artigo se divide em duas seções:

EDSON BATISTA SILVA

na primeira, analisam-se dados da extração vegetal e da floricultura; na segunda, discorre-se sobre dados da agroindústria rural e do acesso à energia elétrica.

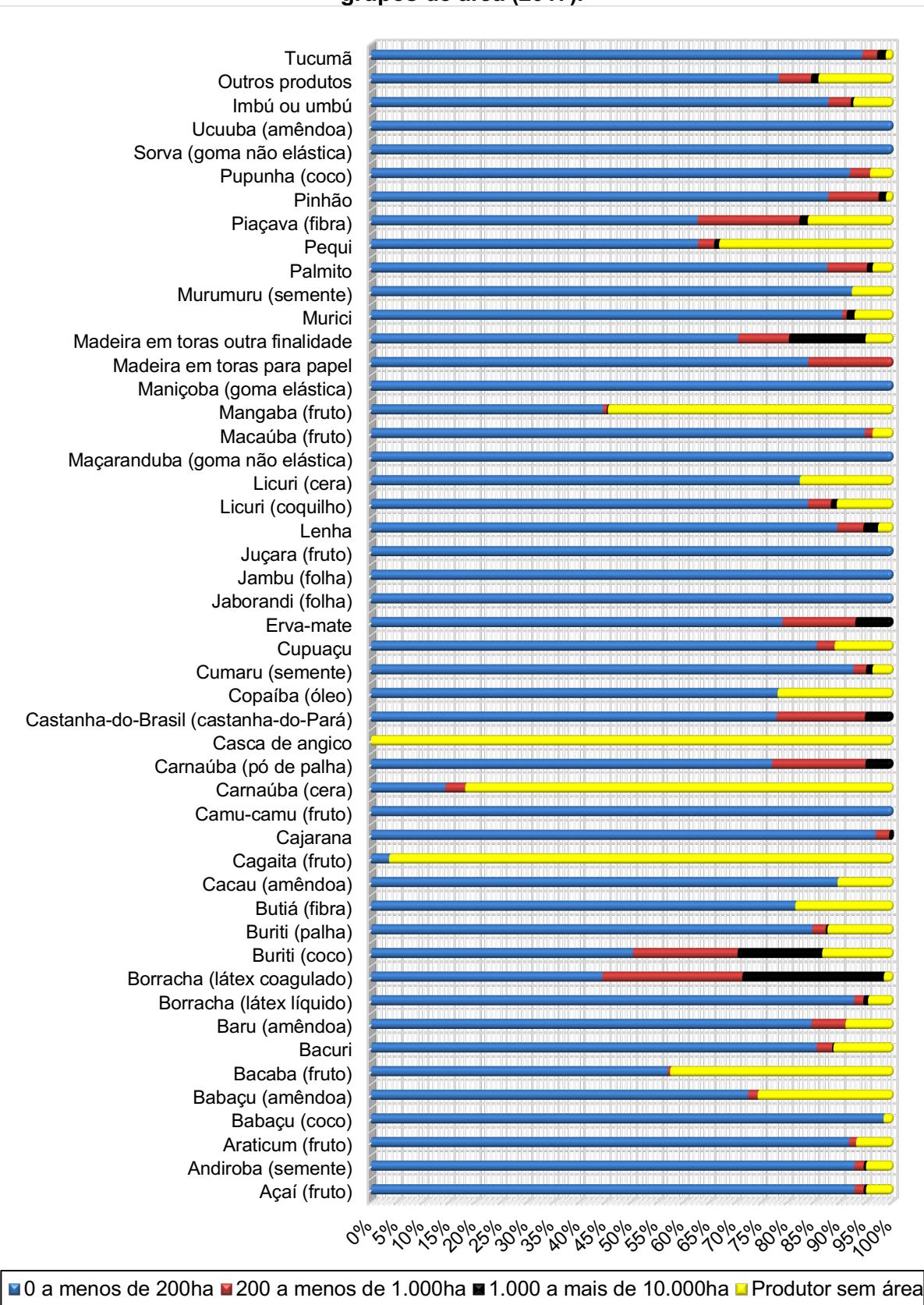
### **Extrativismo vegetal e floricultura: análise segundo distintos grupos de área**

Cabral Leite; Ferreira Lopes; Tejerina Garro (2024) dizem que o extrativismo é compreendido tanto como projeto histórico específico de extração e exportação de matérias-primas, quanto sinônimo de recursos obtidos dentro de lógicas culturais, de exploração humana, num mundo capitalista. Os autores defendem que o extrativismo tradicional coleta produtos naturais, com baixo nível de tecnologia, destinados ao autoconsumo, segundo uma racionalidade sustentável. Também informam modelos de desenvolvimento não extrativistas, como *“buen vivir”*, constituído no convívio sacionatural, na coabitacão, na igualdade, reciprocidade, solidariedade, dignidade, equidade e justiça.

Martins (2012) esclarece que o extrativismo se imbrica com os povos originários, em relação de simbiose com os ecossistemas. Bassols; Toledo (2015) entendem que sabedorias milenares formam a memória biocultural, essencial para enfrentar a crise social e ecológica, oriunda do pensamento mercantilista. No texto, extrativismo é entendido como atividade artesanal ancestral praticada por povos originários, quilombolas e camponeses para obtenção de produtos da natureza, os quais partilham de bens naturais de uso comum e a reprodução da vida em detrimento da acumulação de capital (Silva, 2016). No Gráfico 1, nota-se o domínio dos pequenos estabelecimentos na quantidade produzida de distintos produtos da extração vegetal, considerável participação dos grupos sem área, tênue contribuição dos grandes e médios estabelecimentos.

Os pequenos estabelecimentos detiveram 91,5% do fruto de araticum, contra 1,5% dos médios, 7,5% dos grupos sem área; no babaçu em amêndoas, os números eram de 72%, 1,5%, 26,5%; na bacaba, 56,5%, 0,2%, 43,3%; no baru em amêndoas, 84%, 6,5%, 9,5%; no cupuaçu, 85%, 3,5%, 11,5%; no fruto de macaúba, 94,5%, 1,5%, 4%; no coco de pupunha 91,5%, 3,5%, 5%, nessa ordem. Os pequenos estratos também colhiam 98% do coco de babaçu, contra 2% dos grupos sem área; para o óleo de copaíba, os valores eram de 77,5%, 22,5%; para a cera de licuri, 82%, 18%; para a semente de murumuru, 92%, 8%; para o butiá em fibra, 81%, 19%; para o cacau em amêndoas, 89%, 11%, nessa sequência. Os pequenos grupos de área também conservavam 83,5% da produção de madeira em tora para papel, contraposto a 16,5% dos médios grupos de área. Além disso, os pequenos estabelecimentos controlavam 96,5% da extração de cajarana, defrontado com 2,5% dos médios e 15% dos grandes; para a carnaúba em pó de palha, os dados eram de 76,5%, 17,5%, 6%, respectivamente.

**Gráfico 1: Brasil – Quantidade percentual produzida em toneladas e mil metros cúbicos de diferentes produtos oriundos de extração vegetal segundo diferentes grupos de área (2017).**



Fonte: IBGE/SIDRA (Censo Agropecuário, 2017); Elaboração: O autor (2025).

Para a castanha do Brasil, 77,5%, 16,5%, 5,5%; para a erva mate, 78,5%, 13,5%, 8%. Os grupos sem área tinham 100% da extração de casca de angico e 97% do fruto da cagaita, confrontado com 3% dos pequenos estabelecimentos. No Brasil, foram 467.340 estabelecimentos envolvidos na extração vegetal, com 1.039.781t<sup>1</sup> obtidas, divididos em 436.332 pequenos estabelecimentos com 863.656t, 11.616 médios estabelecimentos com 65.575t, 1.904 grandes estabelecimentos com 23.055t, 17.488 produtores sem área obtiveram 81.355t. Desse montante, destaque para o açaí, com 449.825t; a erva mate, com 127.721t; o coco de babaçu com 67.234t; outros produtos de extração vegetal com 44.280t; a castanha do Brasil com 27.285t.

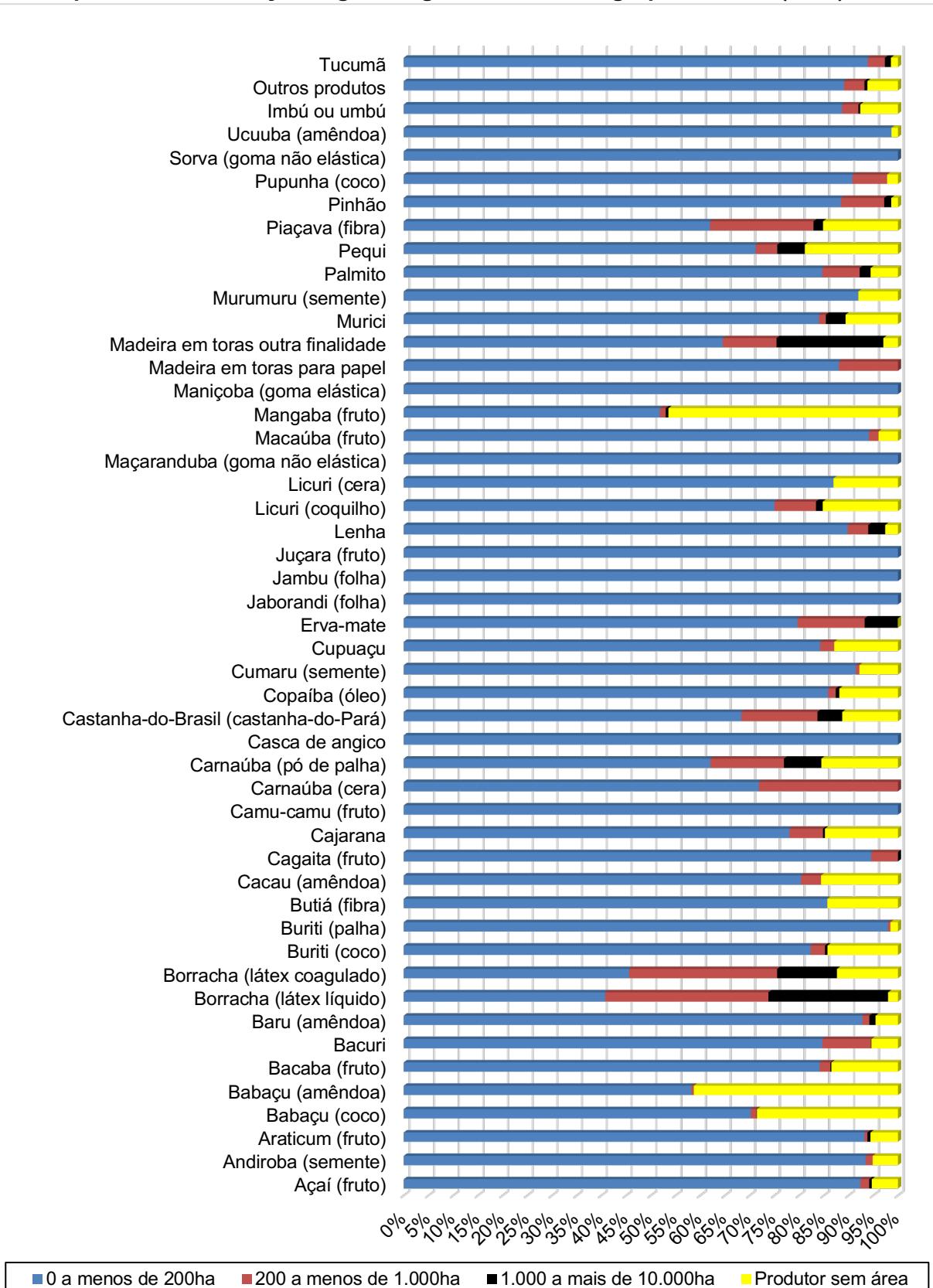
Conforme o IBGE (2020), o açaí, a castanha do Brasil e a tucumã são extraídas principalmente da Floresta Amazônica. O babaçu, no contato desta floresta com o Cerrado, a erva mate e o pinhão na Mata de Araucária, o pequi no Cerrado e o umbu na Caatinga. Neste bioma, na Floresta Amazônica, na Mata de Araucária também se concentra a extração de lenha, além da obtenção de madeira em toras para outras finalidades. No Gráfico 2, vê-se o predomínio dos pequenos estabelecimentos e dos grupos sem área nos valores de produção de artigos de extração vegetal. Os médios estabelecimentos possuíam participação de alguma monta, os grandes estabelecimentos contavam com presença irrigária. Os pequenos estratos conservavam 100% do valor de produção da maçãranduba, sorva não elástica, casca de angico, maniçoba em goma elástica, juçara em fruto, jambu, jaborandi em folha e camu-camu. Igualmente, os pequenos produtores detinham 45% da borracha em látex coagulado, contra 30% dos médios estratos de área, 12% dos grandes, 13% dos grupos sem área.

Para o látex líquido, eram de 40%, 33%, 24%, 3%; para o buriti em coco, 82%, 2,5%, 0,5%, 15%; para a carnaúba em pó de palha, 62%, 15%, 7%, 16%; para a castanha do Brasil 68%, 15%, 5%, 12%; para a copaíba em óleo, 85%, 2%, 0,5%, 12,5%. Adiciona-se para a lenha 89%, 4%, 3,5%, 3,5%; para o coquinho de licuri, 75%, 8%, 1%, 16%; para a mangaba em fruto, 51,5%, 1%, 0,5%, 47%; para as madeiras em tora para outra finalidade, 64%, 11%, 21,5%, 3,5%; para o murici, 83,5%, 1,5%, 4%, 11%; para o palmito, 84%, 8%, 2%, 6%; para o pequi, 71%, 4%, 5,5%, 19,5%; para a piaçava, 61,5%, 20%, 1,5%, 17%. Os grupos sem área tinham participação de alguma monta na coleta do coco de babaçu, com 29%, contra 1,5% dos médios e 69,5% dos pequenos; para a amêndoia de babaçu, esses percentuais eram de 41,5%, 0,5%, 58%.

---

<sup>1</sup> No artigo “t” significa tonelada, unidade de medida de massa que corresponde a 1.000 quilogramas (Kg), usada para atribuição da massa de objetos grandes, quantidade significa de produtos e materiais.

**Gráfico 2: Brasil – Valor percentual de produção em mil reais de diferentes produtos de extração vegetal segundo diferentes grupos de área (2017).**



Fonte: IBGE/SIDRA (Censo Agropecuário, 2017); Elaboração: O autor (2025).

Por outro lado, para o cacau em amêndoas, 80% da produção era detida pelos pequenos estabelecimentos, 4% pelos médios, 16% pelos grupos sem área; para o cupuaçu, os dados eram de 83,5%, 3,5%, 13%; para a bacaba, 84%, 2%, 14%; para a macaúba, 93%, 2%, 5%. Quanto à madeira em tora para papel, 88% da produção estava nos pequenos estratos e 12% nos médios; para a cagaita em fruto, os valores eram de 94% e 6%; para a cera de carnaúba, 71,5%, 28,5%; para a erva mate, 79%, 14% e os grandes estratos com 7%. No Brasil, o valor total de produção da extração vegetal foi de R\$ 2.364.769, fracionado em R\$ 1.934.256 dos pequenos grupos, R\$ 143.157 dos médios, R\$ 132.868 dos grandes, R\$ 154.488 dos grupos sem área.

Dentre as atividades, se destacaram os valores recebidos pela coleta de açaí, R\$ 681.841, de lenha, R\$ 435.476; de madeira em tora para outras finalidades, R\$ 416.778; de outros produtos extractivos, R\$ 279.645; da castanha do Brasil, R\$ 126.556. Na Tabela 1 observam-se os números da extração vegetal em Goiás. No estado houve aproximadamente 81,64% de produtos a menos extraídos comparado à escala nacional, embora conservasse prevalência dos pequenos estabelecimentos, dos grupos sem área, com contribuição mínima dos grandes, médios estabelecimentos.

**Tabela 1: Goiás – Números de produção referentes à extração vegetal segundo diferentes grupos de área (2017).**

Variáveis (T./mil m <sup>3</sup> )	Quantidade produzida				Valor da produção (mil R\$)			
	De 0 a menos de 200 ha	De 200 a menos de 1.000 ha	De 1.000 a mais de 10.000 ha	Produtor sem área	De 0 a menos de 200 ha	De 200 a menos de 1.000 ha	De 1.000 a mais de 10.000 ha	Produtor sem área
Araticum (fruto)	7	-	-	1	15	-	-	9
Baru amêndoas	10	-	-	-	85	-	-	-
Buriti (coco)	52	-	-	-	156	-	-	-
Cagaita (fruto)	-	-	-	-	3	-	-	-
Lenha (m. cúb)	179	16	4	-	5.016	631	153	-
Mangaba	9	-	-	-	11	-	-	-
Madeira (m. cúb)	6	2	-	-	40	89	-	-
Palmito	705	-	-	-	2.099	-	-	-
Pequi	592	53		347	638	53		243
Outros produtos	95	-	-	-	538	-	-	-
<b>Total</b>	<b>1.655</b>	<b>71</b>	<b>4</b>	<b>348</b>	<b>8.601</b>	<b>773</b>	<b>153</b>	<b>252</b>

Fonte: IBGE/SIDRA (Censo Agropecuário, 2017); Elaboração: O autor (2025).

Os pequenos estratos de área auferiram 100% da quantidade produzida e do valor de produção da amêndoas do baru, do coco de buriti, do fruto de mangaba, do palmito e de outros produtos de extração vegetal. Também detiveram 100% do valor de produção do fruto de cagaita. No fruto de araticum, os pequenos grupos de área retiveram 87,5% da quantidade produzida e 60,2% do valor de produção, enquanto para os grupos sem área, os percentuais

foram de 12,5% e 39,8%, respectivamente. Na extração de lenha, os pequenos estabelecimentos concentraram 89,94% da quantidade produzida, 86,48% do valor de produção; para os médios, os valores foram de 8,04% e 10,87%; para os grandes, 2,2% e 2,65%, nesta ordem. Na coleta do pequi, 59,67% da quantidade produzida e 68,30% do valor de produção foi monopolizada pelos pequenos grupos; nos médios, os dados foram de 5,34% e 5,67%; nos grupos sem área, 34,99% e 26,03%. Na madeira em toras para outros usos, 75% da quantidade produzida e 31% do valor de produção foram controlados pelos pequenos estabelecimentos; nos médios, esses percentuais foram de 25% e 69%, nessa sequência.

Em Goiás foram 2.736t produzidas em 1.185 estabelecimentos, compostos por 1.079 pequenos estabelecimentos, 71 médios, 18 grandes e 17 produtores sem área. Ainda, no estado o valor de produção foi de R\$ 12.300. De modo geral, depreende-se a relevância do extrativismo para a geração de renda, emprego e segurança alimentar<sup>2</sup>, além de desafios relativos aos conflitos de acesso aos locais de extração e domínio dos territórios socioculturais. Conforme a literatura, o extrativismo vegetal é realizado pelo trabalho familiar, comunitário de ribeirinhos(as), proprietários(as), assentados(as), extrativistas, indígenas (Cabral Leite; Ferreira Lopes; Tejerina Garro, 2024). É bom que se diga que há irrisórios impactos nos ecossistemas, com produção destinada ao mercado externo, interno e ao autoconsumo. Os produtos geram renda, emprego e segurança alimentar (Costa Pinheiro; Meneghetti; Parintins *et al.*, 2019; Cabral Leite; Ferreira Lopes; Tejerina Garro, 2024.).

Mas os extrativistas se veem desprovidos de políticas públicas de crédito, assistência técnica, transporte, acesso à terra, inovação tecnológica para beneficiamento e armazenamento da produção. Também são atingidos pela fronteira agrícola e pelas infraestruturas de circulação da economia do agronegócio. Na Amazônia o Estado endossa o desmatamento, em detrimento da floresta em pé, do uso coletivo da terra (Costa Pinheiro; Meneghetti; Parintins *et al.*, 2019, Cabral Leite; Ferreira Lopes; Tejerina Garro, 2024). Reservas Extrativistas (RESEX) padecem de políticas públicas, o que impulsiona a pecuária e a agricultura, em detrimento da conservação ambiental, do desenvolvimento social, da gestão compartilhada dos bens naturais, da relação equilibrada com a natureza (Cabral Leite; Ferreira Lopes; Tejerina Garro, 2024, Silva, 2016).

Apesar de haver mais de sessenta Resex no Brasil, suas terras, águas, subsolo e florestas são cobiçados por agentes capitalistas. Adiciona-se a isso a frágil cooperação e associação que subalternizam extrativistas a intermediários às grandes empresas

<sup>2</sup> A segurança alimentar é um conceito que deriva da Conferência Mundial de Alimentação de 1974, e não se opõe ao controle corporativo da alimentação, à “Revolução Verde”, à liberalização do comércio de alimentos, ao monopólio internacional da produção e distribuição alimentar (D'agostini; Hoyos, 2017, Marques, 2010).

EDSON BATISTA SILVA

compradoras, com perpetuação da pobreza (Costa Pinheiro; Meneghetti; Parintins *et al.*, 2019). A migração de jovens para centros urbanos compõe resultados da apropriação da renda da terra pelos comerciantes, dada a compra individual e o adiantamento de dinheiro e de alimentos. A economia extrativista brasileira se concentra em poucos produtos, que são cadeias produtivas com políticas públicas frágeis, o que a torna marginal, vinculada ao autoconsumo e a comercialização de excedente, a despeito da geração de segurança alimentar, conservação ambiental e manutenção de modos de vida de populações locais.

No Gráfico 3, estão expostos os dados de produção da floricultura no Brasil. Os pequenos e médios estratos de área monopolizam o valor de venda de produtos da floricultura. Os pequenos estabelecimentos também foram majoritários entre aqueles que desenvolveram atividades no setor. No cultivo de flores e folhagens para corte, os pequenos estratos foram 96% na atividade, contraposto a 1% dos médios, 2,5% dos produtores sem área, 0,5% dos grandes estratos. Ainda na sequência dos pequenos estratos, dos médios, dos produtores sem área e dos grandes estratos, no plantio de grama, os percentuais foram de 93%, 3,5%, 3%, 0,5%; de plantas ornamentais em vaso, 96%, 1,5%, 2%, 0,5%; de mudas de plantas ornamentais, 96,5%, 2%, 1%, 0,5%; de plantas, flores, folhagens medicinais 97%, 2%, 1%; de sementes para plantio 94,5%, 3,5%, 0,5%, 1,5%; de mudas e outras formas de propagação, 96%, 3%, 0,5%, 0,5%.

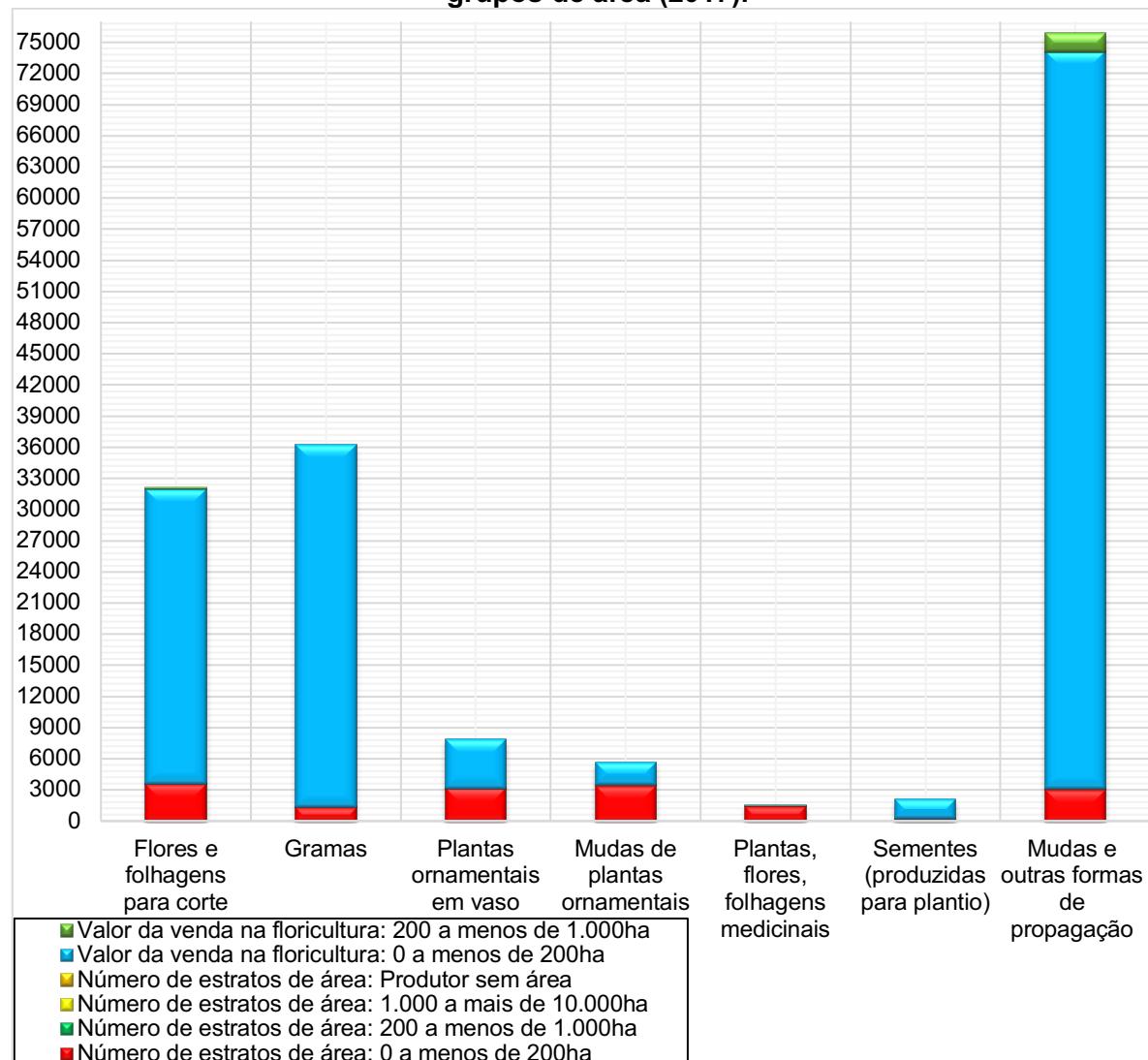
No valor de venda, os pequenos estratos detiveram 100% dos rendimentos com o plantio de gramas, plantas ornamentais em vaso e mudas de plantas ornamentais. Ainda, 96,5% com cultivo de flores e folhagens para corte. Na cultura de plantas, flores, folhagens medicinais, de sementes produzidas para plantio, os valores foram de 99,5%; de mudas e outras formas de propagação, 94,5%. No Brasil foram 12.060 estabelecimentos envolvidos nas atividades da floricultura, divididos em 11.896 pequenos estabelecimentos, com R\$ 23.686 em valor de venda; 135 médios estabelecimentos, com R\$ 4.426 em valor de venda e 22 grandes estabelecimentos e 7 produtores sem área. O Instituto Brasileiro de Floricultura (IBRAFLOR, 2024) informou que a floricultura gerou em 2023, 17,8 bilhões de reais, 49.128 empregos na produção, 17.500 espécies plantadas, 8.300 produtores inseridos, 15.600 hectares cultivados, com média de 1,88 hectares de área plantada por estabelecimento, com destaque para a atividade nas regiões Sudeste, Sul e Nordeste. Na Tabela 2 são lançados os números da floricultura em Goiás.

Vê-se que há prevalência dos pequenos, presença ínfima dos médios, dos grandes estratos, e ausência dos grupos sem área. Os pequenos grupos de área foram 100% dos estabelecimentos e detiveram mesmo percentual no valor de venda na produção de mudas de plantas ornamentais, de plantas, flores, folhagens medicinais, de sementes cultivadas para plantio, de produção de outras mudas e formas de propagação de espécies da floricultura.

## QUADROS DO CENSO AGROPECUÁRIO (2017): COLETA, PROCESSAMENTO DE ALIMENTOS E CULTIVO DE FLORES NO BRASIL E EM GOIÁS

Igualmente, foram 87,80% dos inseridos no cultivo de gramas, com apropriação de 59,29% do valor de venda. No plantio de flores e folhagens para corte e de plantas ornamentais em vaso, os pequenos grupos foram 97,77% e 98,41%, respectivamente Goiás teve números irrisórios na floricultura, com 170 edifícios e R\$ 28.200 em valor de venda.

**Gráfico 3: Brasil – Produção da floricultura segundo diferentes produtos e grupos de área (2017).**



Fonte: IBGE/SIDRA (Censo Agropecuário, 2017); Elaboração: O autor (2025).

Quanto à condição legal das terras usadas na atividade no Brasil, 64% dos pequenos estabelecimentos eram próprios, 5% concedidos por órgão fundiário, sem titulação definitiva, 11% arrendados, 5% em parceria, 10% em regime de comodato, 5% ocupados; para os médios estratos, os percentuais eram de 74%, 2%, 12%, 6%, 4%, 2%; para os grandes estratos, 66%, 4%, 12%, 6%, 6%, 6%. Em Goiás 61,5% dos pequenos estabelecimentos eram próprios, 5,5% concedidos por órgão fundiário, sem título definitivo, 19% arrendados, 3% em

EDSON BATISTA SILVA

parceria, 7% em regime de comodato, 4% ocupados; para os médios grupos de área, os percentuais eram de 79%, 11%, 4%, 6%; para os grandes edifícios rurais, 55% eram próprios e 45% arrendados. Os dados informam prevalência dos pequenos estabelecimentos e traços de absenteísmo na floricultura, com extração da renda da terra pelos arrendamentos.

**Tabela 2: Goiás – Produção da floricultura segundo diferentes produtos e grupos de área total (2017).**

Variáveis	Número de estabelecimentos			Valor da venda (mil R\$)	
	0 a menos de 200 ha	200 a menos de 1.000 ha	De 1.000 a mais	0 a menos de 200 ha	200 a menos de 1.000 ha
Flores e folhagens para corte	44	-	1	1.312	-
Gramas	36	5	-	6.448	4.426
Plantas ornamentais em vaso	62	-	1	1532	-
Mudas de plantas ornamentais	76	-	-	2.616	-
Plantas, flores, folhagens medicinais	30	-	-	87	-
Sementes (produzidas para plantio)	11	-	-	225	-
Mudas e outras formas de propagação	75	-	-	7.865	-
<b>Total</b>	<b>334</b>	<b>5</b>	<b>2</b>	<b>20.085</b>	<b>4426</b>

Fonte: IBGE/SIDRA (Censo Agropecuário, 2017); Elaboração: O autor (2025).

Ângelo; Assumpção; Caeser *et al.* (2002) informam que a floricultura no Brasil é favorecida pela diversidade de solos e climas. A produção se concentra em São Paulo, Amazonas, Ceará, Santa Catarina e Alagoas. Há no setor alto uso de crédito, assistência técnica privada, razoável monta de associativismo, cooperativismo de estabelecimentos acima de 10 hectares (Ângelo; Assumpção; Caeser *et al.*, 2002). Segundo os autores, predominam estabelecimentos pequenos, com plantios a campo, em estufa, alto uso de trabalho familiar, permanente, comercialização com atacadistas, varejistas e reduzidas vendas para exportação. Brainer (2019) informa a alta empregabilidade, rentabilidade por área. O comércio de flores, além das datas comemorativas, cresceu com o aumento dos condomínios e dos eventos. O Brasil está entre os maiores produtores mundiais, embora, no conjunto dos estabelecimentos, aqueles dedicados à floricultura sejam ínfimos, apesar do crescimento de 48,2% entre os censos de 2006 e 2017, com geração de 18.723 empregos.

Programas e políticas de apoio ao cultivo de plantas medicinais, ao plantio de flores, como o Programa Brasileiro de Exportação de Flores e Plantas Ornamentais (FloraBrasilis), impulsionaram os diversos ramos da floricultura (Brainer, 2009). Mas o Brasil é apenas o 48º país em exportação de flores e plantas ornamentais, com ganhos de 12,32 milhões de dólares, num mercado de 20,90 bilhões de dólares em 2018. O valor das vendas de flores e plantas ornamentais em 2019 rendeu 1,75 bilhões de reais (Brainer, 2019). Mas em 2018 o país exportou 11,5 milhões de dólares e importou mais de 37 milhões de dólares, saldo negativo de 25,61 milhões de dólares. Fenômeno explicado pelo aquecimento do mercado interno, pelos altos custos de produção e pelo câmbio desfavorável. Mas há perspectivas de crescimento do consumo interno, tanto pela edificação de mercados específicos, como é o

caso de Fortaleza, quanto pelo calendário anual de eventos de comercialização; também houve elevação das vendas em supermercados e no e-commerce.

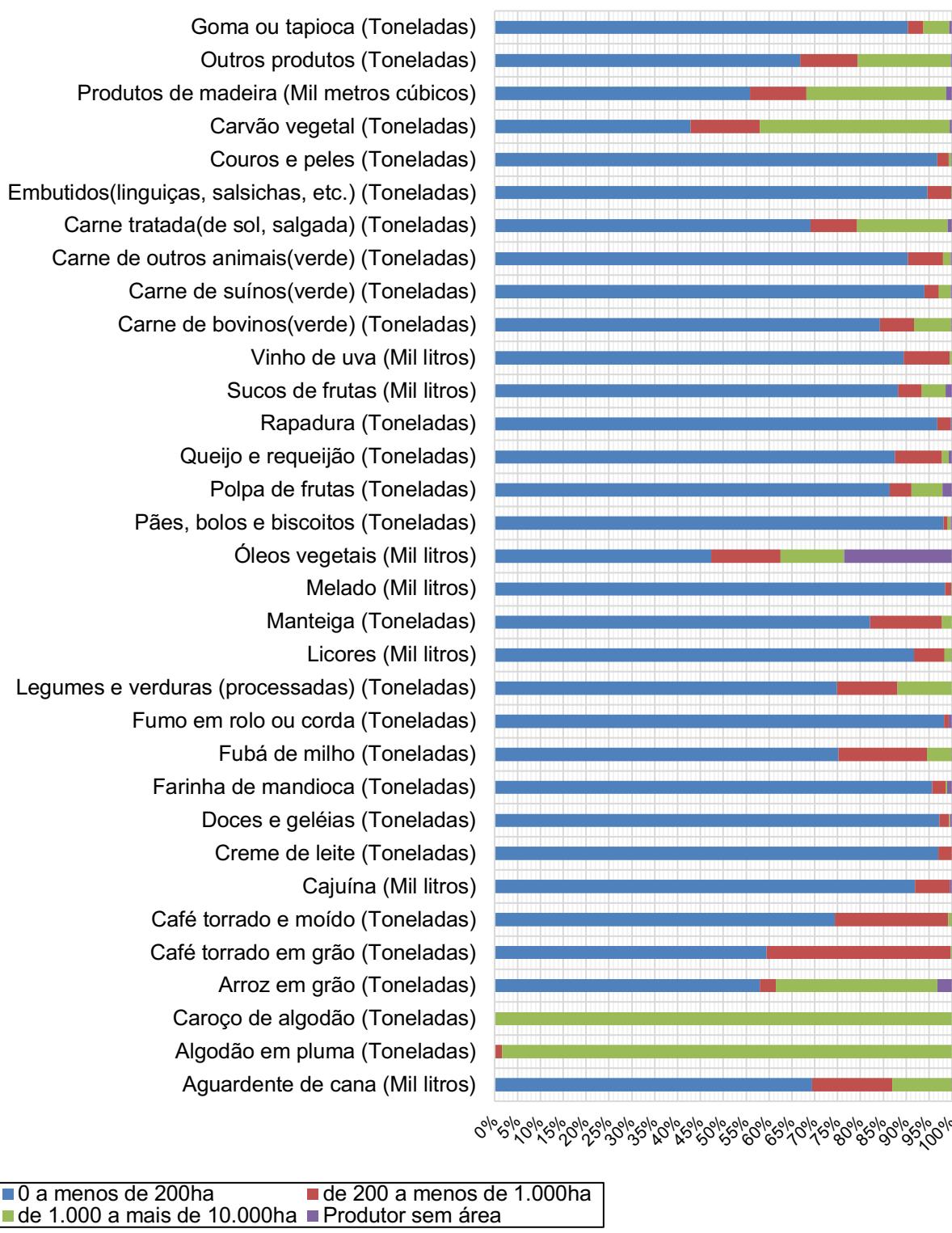
## O cenário da agroindústria rural no Brasil e em Goiás

Gazolla (2013) entende as agroindústrias rurais como as condições alargadas de reprodução social, sustentadas em uma economia que segue a lógica da produção familiar, de transformação de matérias-primas próprias ou de vizinhos, com processos de agregação de valor em pequena e em média escala, que produz alimentos singulares, vendidos em circuitos curtos, edificados em relações de confiança e lealdade. Trata-se de práticas histórico/culturais seculares de conservação de alimentos, diretamente vinculada à produção familiar agropecuária. No Gráfico 4, observa-se a quantidade produzida na agroindústria rural, segundo distintos grupos de área. Há primazia dos pequenos estabelecimentos, participação de algum peso dos médios e grandes, e fatia diminuta de produção dos produtores sem área.

Os pequenos estratos detiveram 90,5% da produção de goma ou tapioca, contra 3,5% dos médios, 6% dos grandes e 1% dos produtores sem área; para outros produtos da agroindústria rural, os valores foram de 67%, 12%, 20,6%, 0,4%; para produtos oriundos de madeira, 56%, 12%, 29,8%, 1,2%, nessa ordem. Agrega-se para a rapadura, 97%, 2,8%, 0,1%, 0,1%; o queijo e o queijão, 87%, 10%, 1,2%, 0,8%; os pães, bolos e biscoitos, 98%, 1%, 0,5%, 0,5%; o fubá de milho, 75,5%, 18,5%, 5,9%, 0,1%; a farinha de mandioca, 96%, 2,9%, 0,1%, 1%; os doces e geleias, 97%, 2,5%, 0,1%, 0,4%. Acresce-se, ainda, o café torrado e moído, com percentuais de 74,5%, 24,5%, 0,9%, 0,1%; o arroz em grão, 58%, 3,2%, 35,8%, 3%; a aguardente, 69,5%, 17,5%, 12,9%, 0,1%, nessa ordem. Os pequenos grupos de área também concentraram 95% da fabricação dos embutidos. Na obtenção do melado, esses percentuais foram de 98,5%, de creme de leite, 97%; o café torrado em grão, 59,5%. Os pequenos estratos também detinham 89,5% da fabricação de vinho de uva, na produção de manteiga os valores eram de 82%.

Por outro lado, os grandes estratos de área produziram 100% do caroço de algodão e 98% do algodão em pluma. No Brasil 852.639 estabelecimentos tinham agroindústria rural, com montante de 6.144.562t, 144.249L, 5.935m<sup>3</sup> produzidos, divididos em 811.396 pequenos estabelecimentos, com produção de 2.354.086t, 111.100L, 3.312m<sup>3</sup>; 210 médios estabelecimentos com produção de 456.130t, 19.108L, 735m<sup>3</sup>; 210 grandes estabelecimentos e processamento de 1.768.793t, 12.641L, 1.814m<sup>3</sup>; 16.661 produtores sem área e industrialização de 21.499t, 1.391L, 72 mil m<sup>3</sup>. Segundo o IBGE (2020), o Brasil contava com 1.527.056 agroindústrias, com 5,3 milhões de toneladas vendidas.

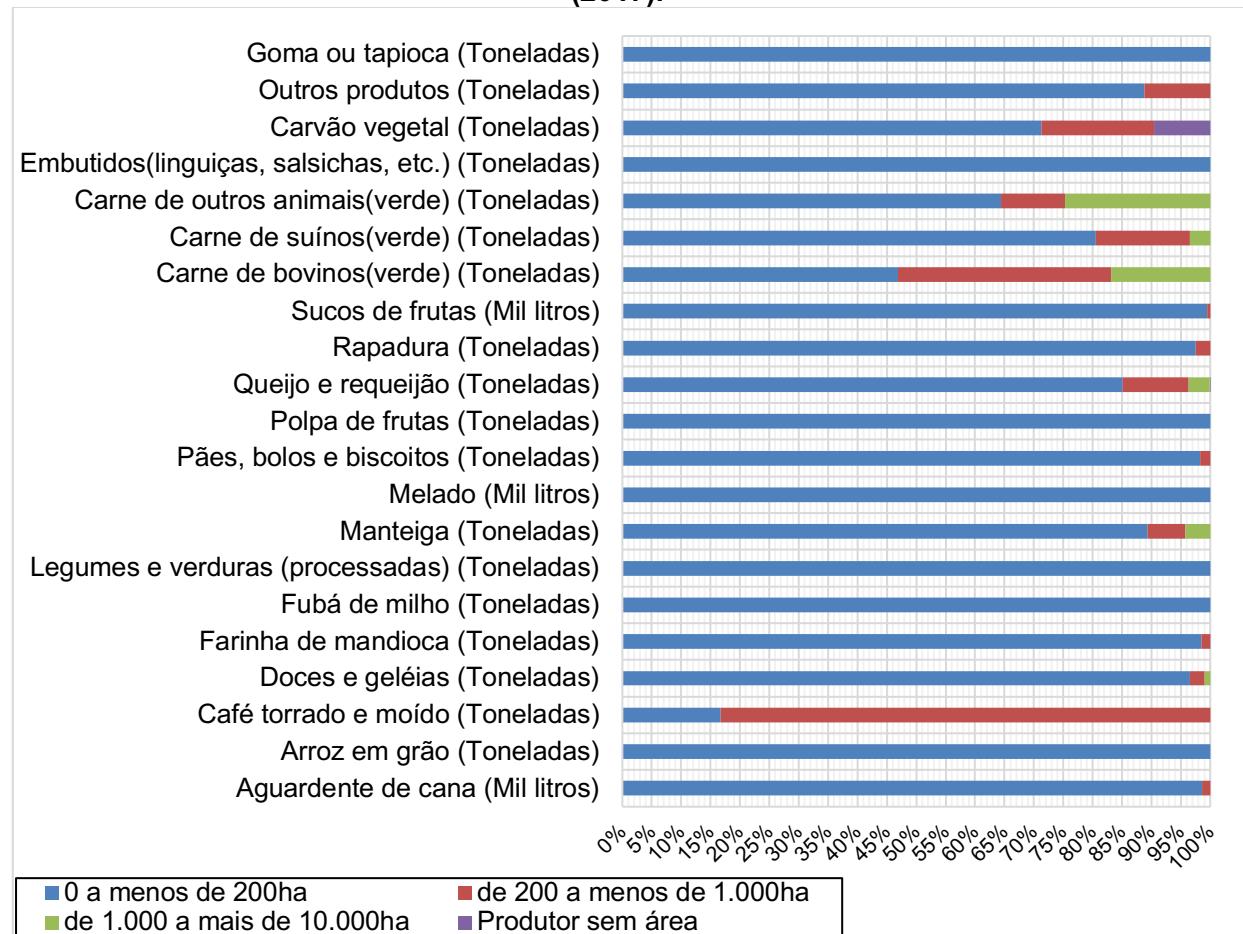
**Gráfico 4: Brasil – Quantidade percentual produzida na agroindústria rural, segundo diferentes produtos agropecuários e conforme distintos grupos de área (2017).**



Fonte: IBGE/SIDRA (Censo Agropecuário, 2017); Elaboração: O autor (2025).

Destaque para a produção de carvão vegetal, com 3.758.128t; a farinha de mandioca, 706.752t; o algodão em pluma, 554.755t; o caroço de algodão, 203.905t; outros produtos da agroindústria rural, 305.396t; o queijo e o requeijão, 222.652t; a aguardente, 83.409L. No Gráfico 5 se expõe a quantidade produzida em artigos da agroindústria rural em Goiás, conforme distintos grupos de área. Comparado à escala nacional, observa-se redução nos produtos processados, conservação da hegemonia dos pequenos grupos de área. Os pequenos estratos possuíam 100% da produção de goma ou tapioca, embutidos, polpa de frutas, melado, legumes e verduras, fubá de milho e arroz.

**Gráfico 5: Goiás – Quantidade percentual produzida na agroindústria rural, segundo diferentes produtos agropecuários e conforme distintos grupos de área (2017).**



Fonte: IBGE/SIDRA (Censo Agropecuário, 2017); Elaboração: O autor (2025).

Os pequenos produtores participaram com 97% do processamento de doces e geleias, confrontado a 2% dos médios, 1% dos grandes; na produção de manteiga, os percentuais eram de 89,5%, 6,5%, 4%; de queijo e requeijão, 85%, 11,5%, 3,5%; de carnes de bovinos, 47%, 36%, 17%; de carne de suínos, 81%, 15,5%, 3,5%; de outros animais, 65%, 10%, 25%, respectivamente. Ademais, os pequenos estratos detinham 98,5% da fabricação

EDSON BATISTA SILVA

de aguardente; para a farinha de mandioca, pães, bolos e biscoitos, os valores eram de 98,2%; para a rapadura, 97,5%; para suco de frutas, 99,9%. Os pequenos grupos de área também controlavam 71% da extração de carvão vegetal. Em contraposição, os médios estabelecimentos detinham 83% do café torrado.

Em Goiás, 17.607 estabelecimentos envolveram-se na agroindústria rural, com 39.896t, 2.017L, 19 mil m<sup>3</sup> produzidos. Do total, 15.989 pequenos estabelecimentos beneficiaram 878t, 1.018L; 1.329 médios processaram 2.515t, 10 mil L, 264m<sup>3</sup>; 263 grandes industrializaram 734t; 25 produtores sem área fabricaram 130t. Desse montante, destaque para a fabricação de queijo e requeijão, com 17.334t; algodão em pluma, 8.807t; farinha de mandioca, 4.134t; goma ou tapioca, 1.900t. No Gráfico 6 são apresentados percentuais do valor de produção da agroindústria rural, conforme os distintos grupos de área. Comparado à variável anteriormente analisada, amplia-se a participação dos grandes e médios grupos de área. Embora, mantenha-se a prevalência dos pequenos estratos, contribuição de pouca monta dos grupos sem área.

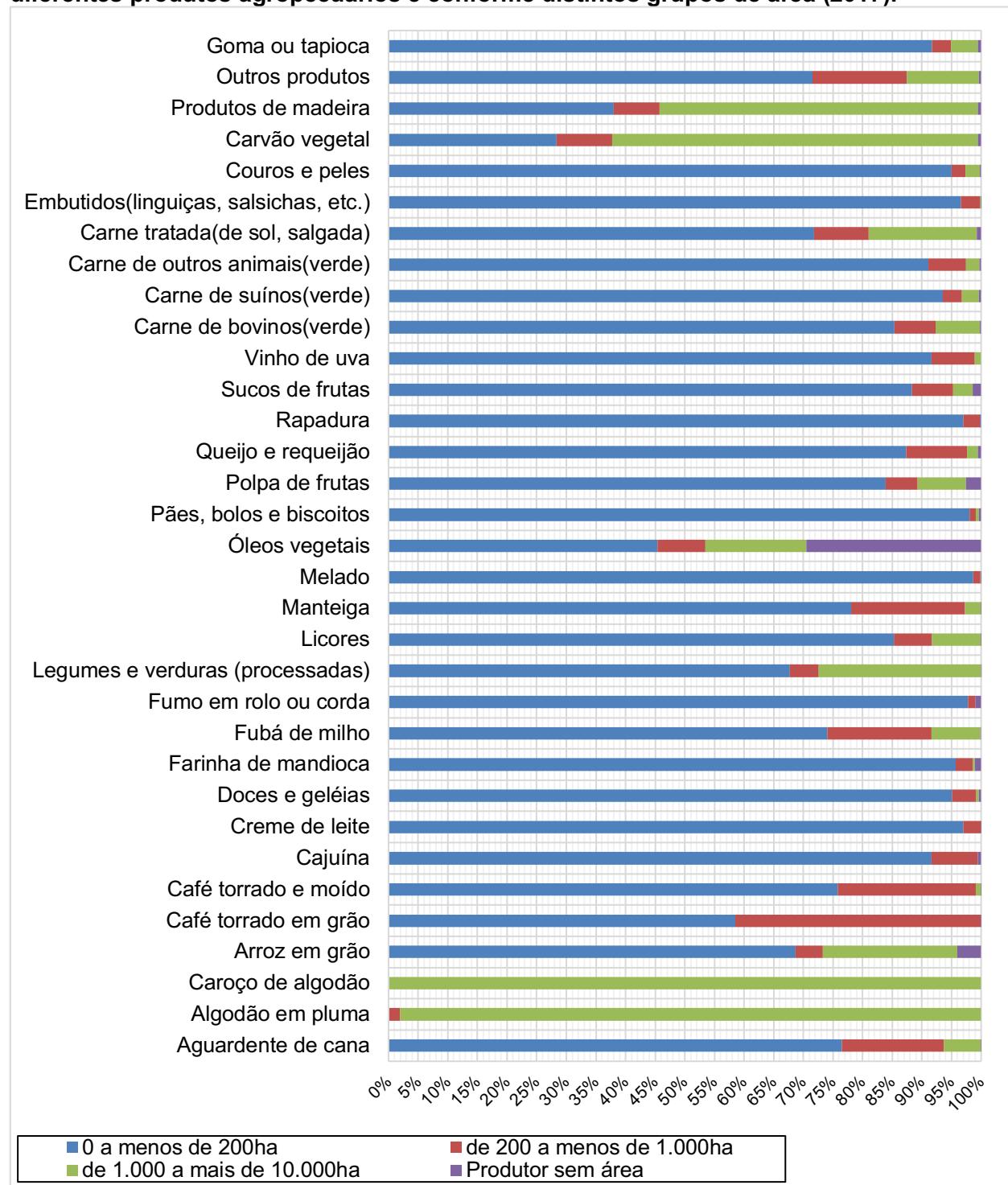
Os grandes estabelecimentos detiveram 100% do valor de produção de caroço de algodão, 98% do algodão em pluma; conservaram 54% do valor de produção de produtos obtidos da madeira, confrontado a 38% dos pequenos estabelecimentos, 7,5% dos médios, 0,5% dos produtores sem área; para o carvão vegetal, os percentuais foram de 61,5%, 28%, 10%, 0,5%, nessa ordem. Por outro lado, os pequenos estratos de área possuíam 92% do valor de produção da goma ou tapioca, contra 3% dos médios, 4,5% dos grandes e 0,5% dos grupos sem área. Para couros e peles, os valores foram de 95%, 2%, 3,9%, 0,1%; embutidos, 96,7%, 3%, 0,2%, 0,1%; carne de outros animais, 91%, 6,5%, 2,3%, 0,2%; carne de suínos, 93,5%, 3,5%, 2,9%, 0,1%; carne de bovinos, 85,1%, 6,9%, 7,9%, 0,1%; suco de frutas, 88%, 7%, 3,7%, 1,3%; queijo e o requeijão, 87%, 10%, 2,7%, 0,3%; polpa de frutas, 84%, 5%, 8,5%, 2,5%; bolos e biscoitos, 98%, 1%, 0,8%, 0,2%.

Acrescenta-se a distribuição dos diversos estratos na produção da manteiga, 78%, 19%, 2,9%, 0,1%; licores, 85%, 7%, 7,9%, 0,1%; farinha de mandioca, 96%, 2,6%, 0,1%, 1,3%; doces e geleias, 95%, 4%, 0,9%, 0,1%, nessa ordem. Agrega-se para aguardente de cana, 76,5%, 17,5%, 5,9%, 0,1%, respectivamente. Ademais, 92% do valor de produção do vinho de uva era possuído pelos pequenos estratos de área, 97% da produção de rapadura, 99% do melado, 97% do creme de leite, 91,5% da cajuína, 58,2% do café torrado em grão, nessa sequência. No Brasil o valor de produção da agroindústria rural foi de R\$ 14.826.754, repartidos em R\$ 8.928.065 dos pequenos estabelecimentos, R\$ 1.128.014 dos médios, R\$ 4.691.169 dos grandes e R\$ 79.508 dos grupos sem área. Do montante vendido, destaque para o algodão em pluma, com valor de produção de R\$ 2.897.578; o queijo e o requeijão, R\$

QUADROS DO CENSO AGROPECUÁRIO (2017): COLETA, PROCESSAMENTO DE ALIMENTOS E CULTIVO DE FLORES NO BRASIL E EM GOIÁS

2.811.496; o carvão vegetal, R\$ 1.984.461; a farinha de mandioca, R\$ 1.898.099; outros produtos da agroindústria rural R\$ 1.787.936.

**Gráfico 6: Brasil – Valor percentual de produção da agroindústria rural, segundo diferentes produtos agropecuários e conforme distintos grupos de área (2017).**

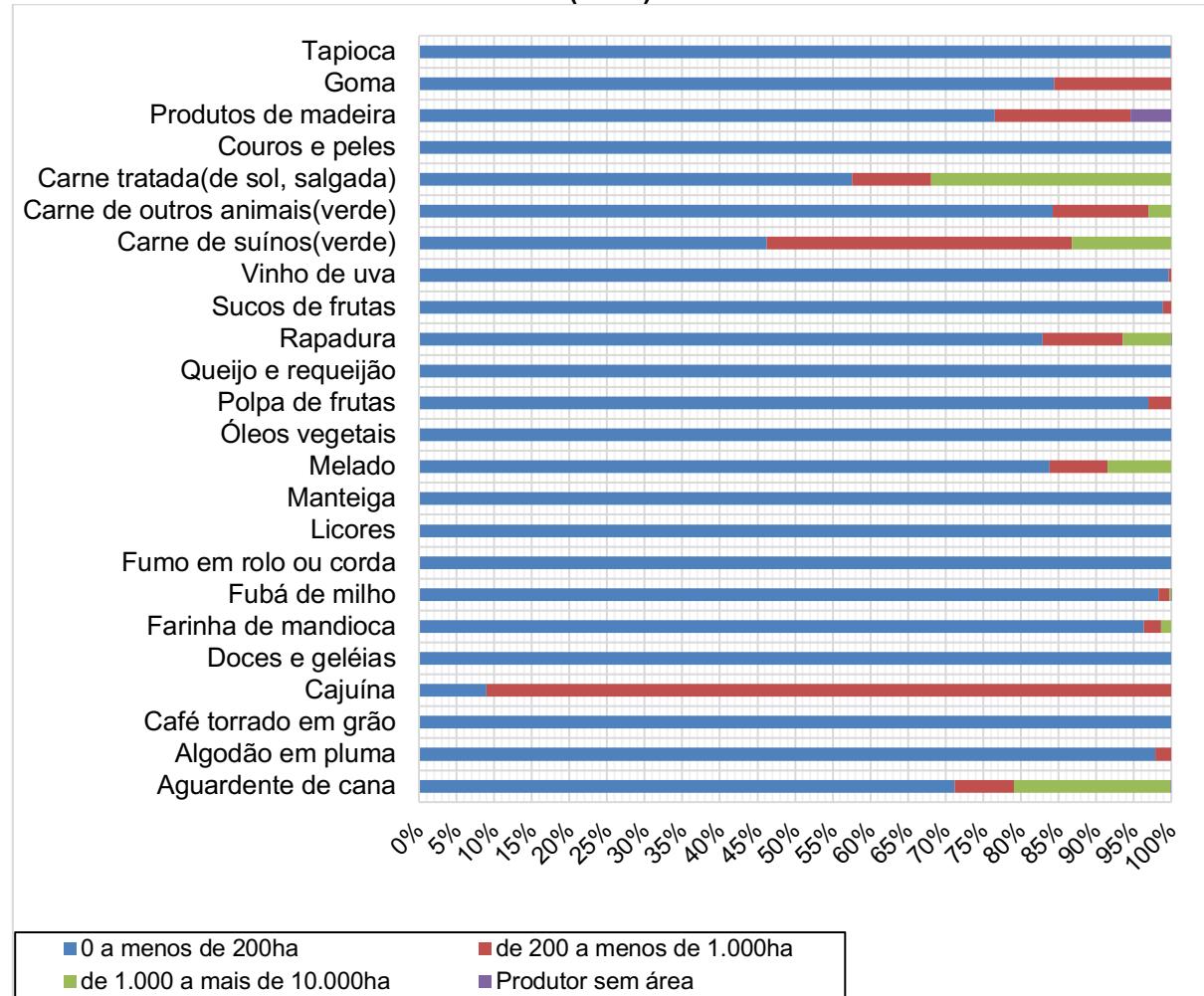


Fonte: IBGE/SIDRA (Censo Agropecuário, 2017); Elaboração: O autor (2025).

EDSON BATISTA SILVA

No gráfico 7 são exibidos os valores de produção da agroindústria rural em Goiás, conforme distintos grupos de área. É perceptível a hegemonia dos pequenos estratos de área, participação de alguma monta dos médios, contribuição reduzida dos grandes e dos grupos sem área. Os pequenos grupos detiveram 100% do valor de produção de couros e peles, queijo e requeijão, óleos vegetais, manteiga, licores, fumo em rolo ou corda, doces, geleias e café torrado em grão.

**Gráfico 7: Goiás – Valor percentual de produção da agroindústria rural, segundo diferentes produtos agropecuários e conforme distintos grupos de área (2017).**



Fonte: IBGE/SIDRA (Censo Agropecuário, 2017); Elaboração: O autor (2024).

Os pequenos estabelecimentos controlaram 84,5% do valor de produção de goma; na obtenção da tapioca, o percentual foi de 99,9%; no vinho de uva, 99,8%; nos sucos de frutas, 99%; na polpa de frutas, 97%; no algodão em pluma, 98%, nessa ordem. Os pequenos estabelecimentos também possuíam 76,7% do valor de produção de produtos de madeira, 71% do valor obtido com aguardente; no fubá de milho, o dado foi de 98,5%; na rapadura, 83%, respectivamente. Ademais, os pequenos estratos detiveram 96,5% do valor de produção

## QUADROS DO CENSO AGROPECUÁRIO (2017): COLETA, PROCESSAMENTO DE ALIMENTOS E CULTIVO DE FLORES NO BRASIL E EM GOIÁS

de farinha de mandioca e 84% de melado. Em Goiás, foram obtidos R\$ 328.625 da agroindústria rural, fracionados em R\$ 234.073 nos pequenos grupos de área, R\$ 25.680 nos médios, R\$ 68.678 nos grandes, R\$ 194 nos grupos sem área.

Destaque para o valor de produção do queijo e requeijão, com R\$ 201.628; do algodão em pluma, R\$ 49.314; da farinha de mandioca, R\$ 19.841. Dentre os desafios para o processamento das matérias-primas, está o acesso à energia elétrica. Na Tabela 3, demonstram-se os dados de disponibilidade de energia elétrica, no Brasil e em Goiás, segundo diferentes grupos de área. No país, 93% dos pequenos estabelecimentos contavam com energia elétrica, 7% não disponham de eletricidade; entre os médios, esses percentuais eram de 90% e 10%; os grandes, 89% e 11%; e para os produtores em área, 78% e 22%. No estado de Goiás, 95% dos pequenos estratos de área possuíam energia elétrica, 5% não detinham; nos médios estratos, os valores eram de 97% e 3%; nos grandes, de 98% e 2%; e nos produtores sem área, 72% e 28%, respectivamente.

**Tabela 3: Acesso à energia elétrica por estabelecimentos agropecuários segundo distintos grupos de área (2017).**

Grupos de área	Com acesso à energia elétrica		Sem acesso à energia elétrica	
	Brasil	Goiás	Brasil	Goiás
0 a menos de 200 ha	3.299.994	85.446	251.600	4.960
200 a menos de 1.000 ha	87.382	8.508	9.338	230
1.000 a mais de 10.000 ha	17.143	1.865	2.071	47
Produtor sem área	7.909	82	2.270	32
Total	3.412.428	95.901	265.279	5.269

Fonte: IBGE/SIDRA (Censo agropecuário, 2017); Elaboração: O autor (2025).

A agroindústria rural é relevante no abastecimento do mercado interno, na receita nacional, na criação de emprego, renda, nas atividades agrícolas, no fortalecimento a gastronomia regional, na agrobiodiversidade , nas redes de cooperação. De igual modo, a agroindústria rural é relevante para os conhecimentos, a identidade, a cultura das populações do campo, a segurança alimentar, a inclusão social, a sucessão rural, os circuitos curtos e as alternativas de comercialização (Campos; Fernandes Filho, 2003; Wesz Junior, 2023; Wesz Junior, 2008; Corcioli; Cruz; Freitas, 2022; Etges, Karnopp, 2020).

Ainda segundo os autores, a agroindústria rural é importante na dinamização das economias locais, na agregação de valor, na descentralização da produção, com maior apropriação da renda da terra, autonomia das corporações agroalimentares, diversificação da produção, controle do processo produtivo, redução da migração campo-cidade de jovens e mulheres e maior independência financeira feminina, também garante renda de monopólio. Alguns alimentos produzidos expressam aspectos intrínsecos, essenciais do território, que garante sabor, palatabilidade única, não transferíveis a outros espaços (Gazolla, 2013).

EDSON BATISTA SILVA

Como estratégia ancestral de desenvolvimento rural, esse patrimônio sociocultural é maculado pela integração, especialização produtiva, pela supermercadização dos processos de produção e consumo, por aparatos normativos, regulatórios e empecilhos à formalização dos empreendimentos, por questões internas de gestão, organização política, pelos desafios de acesso aos mercados formais, tecnologias de agroindustrialização em pequena escala, de estabilidade na oferta (Wesz Junior, 2023; Etges, Karnopp, 2020; Campos; Fernandes Filho, 2003). A esses desafios, soma-se a falta de crédito, aprimoramento, permanência de políticas públicas, assistência técnica, carência de políticas estaduais, concentração dos financiamentos em determinadas regiões e agricultores, privação de legislação agroalimentar adequada (Corcioli; Cruz; Freitas, 2022; Gazolla, 2013; Campos; Fernandes Filho, 2003).

Além das políticas públicas, como o Pronaf Agroindústria, o Pronaf Agregar (Campos, Fernandes Filho, 2003), há, também, políticas indiretas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), os programas estaduais de adequação à inspeção sanitária, como no Rio Grande do Sul e políticas públicas estaduais de fomento a agroindustrialização na agricultura familiar como a Verticalização da Pequena Produção Familiar (PROVE) do Distrito Federal, o Selo Azul e o Procachaça em Minas Gerais (Campos, Fernandes Filho, 2003). A agroindústria rural brasileira permanece heterogênea, desprovida de maior atenção do Estado e da sociedade civil organizada.

Apesar da pouca atenção do Estado, a agricultura familiar é capaz de reconfigurar o campo, atendendo demandas por produtos artesanais, com características de palatabilidade, sabor específico, especialmente no Rio Grande do Sul, Maranhão, Minas Gerais, Bahia e Pará (Wesz Junior, 2023; Corcioli; Cruz; Freitas, 2022; Etges, Karnopp, 2020; Gazolla, 2013). O certo é que, frente à especialização, com controle do mercado de alimentos por impérios agroalimentares<sup>3</sup>, que determinam o que, como e quando produzir, o processamento de alimentos reintegrado à agricultura, à economia local, à propriedade é uma necessidade imperativa (Ploeg, 2016).

## Considerações Finais

Na extração vegetal há prevalência e eficiência dos pequenos estabelecimentos e participação de alguma monta dos grupos sem área. Goiás é pouco relevante no setor, uma vez que há poucos produtos extraídos, mas permanece o monopólio dos pequenos estratos e dos produtores sem área. A conservação ambiental, a renda, o emprego, a segurança alimentar, tudo isso tem sido insuficiente para o apoio a outro desenvolvimento rural.

<sup>3</sup> A opção pelo conceito de impérios agroalimentares relaciona-se ao entendimento de Ploeg (2016). Trata-se de grandes corporações de processamento, comercialização de alimentos detentoras de redes coercitivas, monopolistas mundiais, que modificam a produção e o consumo, com perda da identidade dos alimentos.

Os extrativistas se deparam com desafios de controle de acesso aos locais de extração e domínio dos seus territórios. O Estado privilegia o latifúndio e a economia do agronegócio, que suprimem ecossistemas e drenam recursos públicos. Tais recursos poderiam fortalecer políticas públicas extrativistas, mas esses são empurrados para a agricultura, a pecuarização, subordinados aos intermediários e às empresas processadoras dos produtos coletados.

Na floricultura, os pequenos estratos são hegemônicos, os médios têm algum peso, Goiás tem números modestos. Na atividade, há traços absenteísta, com alto grau de arrendamentos, sobretudo em Goiás. A produção do setor é concentrada, intensiva e proporciona geração de empregos e renda. A despeito da diminuta expressão, cresceu em número de estabelecimentos e produto de políticas públicas dirigidas ao setor. Na agroindústria rural, igualmente, mantém -se domínio dos pequenos estratos, os médios e grandes têm alguma monta, sobretudo no valor de produção, os produtores sem área são irrissórios. Goiás registra percentuais diminutos, poucos produtos processados, mas os pequenos estabelecimentos possuem maior participação na atividade, confrontado a escala nacional.

Os benefícios da agroindústria rural para os agentes diretos, para a sociedade brasileira, nada disso tem sido suficiente para criação e a manutenção de densas políticas públicas de apoio à reintegração da agroindustrialização à propriedade. Os seus agentes são atingidos pelo ambiente institucional hostil, pela ausência de infraestruturas, pela política agrícola e pelos impérios agroalimentares. Nas atividades listadas, além de haver disputas pela renda da terra, há, também, certo descaso em relação às políticas públicas. Quando há, são políticas frágeis, com orçamentos exíguos que endossam a subordinação. De modo geral, o trabalho dos extrativistas, dos agentes da agroindustrialização e dos floricultores é apropriado por agentes extrínsecos à produção. Esse conflito distributivo requer atuação do Estado, se o que se deseja é a promoção da equidade e da justiça social no campo brasileiro.

## Referências

ANGÉLO, José Alberto; ASSUMPÇÃO, Roberto de; CASER, Denise Viani; COELHO, Paulo José; KIYUNA, Ikuyo. A floricultura brasileira no início do século XXI: o perfil do produtor. *Revista Brasileira Horticultura Ornamentais*, v. 8, n. 1/2, p. 57-76, 2002. <https://doi.org/10.14295/rbho.v8i1.302>

BASSOLS, Narciso Barrera; TOLEDO, Victor M. **A memória biocultural:** A importância ecológica dos saberes tradicionais. São Paulo: Expressão Popular, 2015. 272 p.

BRAINER, Maria Simone de Castro Pereira. Flores e plantas ornamentais. *Caderno Setorial ETENE*, v. 4, n. 95, p. 1-16, 2019. Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/revista> Acesso em: 12 nov. 2024.

EDSON BATISTA SILVA

CABRAL LEITE, Jandecy; FERREIRA LOPES, Raimundo Valdan; TEJERINA GARRO, Francisco Leonardo. Extrativismo: dilemas em uma Reserva Extrativista amazônica, Brasil. **Espacio Abierto**, v. 33, n. 1, p. 146-163, 2024. Disponível em: <https://www.redalyc.org> Acesso em: 10 out. 2024.

CORCIOLI, Graciella; CRUZ, Fabiana Thomé da Cruz; FREITAS, André Marcelo Pereira. Retratos das agroindústrias e dos programas governamentais de apoio à agroindústria familiar no Brasil. **Revista de economia e agronegócio**, v. 20, n. 2, p. 1-21, 2022. <https://doi.org/10.25070/rea.v20i2.14055>

COSTA PINHEIRO, José Olenilson; MENEGHETTI, Gilmar Antônio; PARINTINS, Daiana Matos; SANTOS, Endrio Moraes dos; SOUSA SILVA, Lindomar de Jesus de. O extrativismo como elemento de desenvolvimento e sustentabilidade na Amazônia: um estudo a partir das comunidades coletoras de castanha do Brasil em Tefé, AM. **Revista Destaques Acadêmicos**, v. 11, n. 2, p. 168-187, 2019. <https://doi.org/10.22410/issn.2176-3070.v11i2a2019.2271>

ETGES, Virginia Elisabeta; KARNOPP, Erica. A agroindústria familiar no contexto do sistema agrário colonial no Sul do Brasil. **Redes: Revista do Desenvolvimento Regional**, v. 25, n. 1, p. 268-283, 2020. <https://doi.org/10.17058/redes.v25i1.14255>

GAZOLLA, Marcio. Redefinindo as agroindústrias no Brasil: uma conceituação baseada em suas “condições alargadas” de reprodução social. **Revista IDeAS: Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade**, v. 7, n. 2, p. 62-95, 2013. Disponível em: <http://revistaideas.ufrrj.br>. Acesso em: 12 nov. 2024.

FERNANDES FILHO, José Flôres; CAMPOS, Flavia Resende. A indústria rural no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 41, n. 4, p. 859-880, 2003. <https://doi.org/10.1590/S0103-20032003000400007>

D'AGOSTINI, Adriana; HOYOS, Claudia Janete Cataño. Segurança Alimentar e Soberania Alimentar: convergências e divergências. **Revista NERA**, n. 35, p. 174-198, jan./abr. 2017. <https://doi.org/10.47946/rnera.v0i35.4855>

INSTITUTO BRASILEIRO DE FLORICULTURA. **Dados Gerais-IBRAFLOR 2024**. São Paulo: IBRAFLOR, 2024. s/p. Disponível em: <https://www.ibraflor.com.br> Acesso em: 23 jan. 2025.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. SIDRA–Sistema IBGE de Recuperação Automática. **Censo Agropecuário 2017**: Resultados definitivos. Rio de Janeiro, v. 08, p. 01-105, 2019. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario> Acesso em: 8 jan. 2024.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Atlas do espaço rural brasileiro**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. 323p. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias> Acesso em: 24 out. 2024.

MARTINS, Cynthia Carvalho. Tecnologia, saberes tradicionais e extrativismo. In: **64ª Reunião Anual da SBPC**, julho de 2012, São Luis do Maranhão. Anais da 64ª Reunião Anual da SBPC, p. 1-6. Disponível em: <http://www.spcnet.org.br> Acesso em: 24 set. 2024.

MITIDIERO JUNIOR, Marco Antônio. **Censo Agropecuário 2017**: O que revela o censo do golpe? São Paulo: Lutas Anticapital, 2022. 312p.

PLOEG, Jan Douwe Van Der. **Camponeses e a arte da agricultura**: um manifesto chayanoviano. São Paulo; Porto Alegre: Editora UFRGS, 2016. 180 p.

QUADROS DO CENSO AGROPECUÁRIO (2017): COLETA, PROCESSAMENTO DE ALIMENTOS E CULTIVO DE FLORES NO BRASIL E EM GOIÁS

SILVA, Suana Medeiros. O extrativismo artesanal frente ao extrativismo espoliador: as reservas extrativistas como instrumento de garantia dos territórios pesqueiros no Brasil. **Revista de Geografia (Recife)**, v. 33, n. 2, p. 179-195, 2016. Disponível em: [www.revista.ufpe.br](http://www.revista.ufpe.br). Acesso em: 12 set. 2024.

WESZ JUNIOR, Valdemar João. Agroindústria rural no Brasil: um panorama histórico (1960 - 2017). **Revista Brasileira de Geografia Econômica**, n. 25, p. 1-19, 2023. <https://doi.org/10.4000/espacoeconomia.23474>

WESZ JUNIOR, Valdemar João. Novas configurações no meio rural brasileiro: Uma análise a partir das propriedades com agroindústria familiar. **Agroalimentaria**, p. 1-9, 2008.

---

## Agradecimentos

---

Agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela produção deste artigo. O projeto de pesquisa que origina este artigo tem sido desenvolvido com o apoio desta agência de fomento.

---

## Sobre o autor

---

**Edson Batista Silva** – Graduação em Geografia pela Universidade Estadual de Goiás, Campus Cora Coralina. Mestrado em Geografia pela Universidade Federal de Goiás (UFG), Instituto de Estudos Socioambientais. Doutorado em Geografia pela Universidade Federal de Goiás (UFG), Instituto de Estudos Socioambientais. **OrcID** – <https://orcid.org/0000-0002-8898-6470>.

---

## Como citar este artigo

---

SILVA, Edson Batista. Quadros do Censo Agropecuário (2017): coleta, processamento de alimentos e cultivo de flores no Brasil e em Goiás. **Revista NERA**, v. 28, n. 3, e10883, jul.-set., 2025. <https://doi.org/10.1590/1806-675520252810883>.

---

## Declaração de disponibilidade de dados da pesquisa

---

Acerca da disponibilidade dos dados da pesquisa, o autor *Edson Batista Silva* do manuscrito intitulado *Quadros do Censo Agropecuário (2017): coleta, processamento de alimentos e cultivo de flores no Brasil e em Goiás* informa que:

*Todo o conjunto de dados de apoio aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo.*

Recebido para publicação em 14 de março de 2025.  
Devolvido para revisão em 13 de agosto de 2025.  
Aceito a publicação em 25 de agosto de 2025.

---

*O processo de editoração deste artigo foi realizado por Camila Ferracini Origuela.*

---